



## EDUCAÇÃO PARA A DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA INFANTOJUVENIL: O PAPEL DO EDUCADOR

Ana Marusia Pinheiro Lima Meneguim<sup>1</sup>

**Palavras-chave:** Educação para a democracia. Participação política infantojuvenil.

### RESUMO

Este é um trabalho teórico sobre a educação para a democracia, que busca compreender o papel do educador no processo, seus desafios e as diferentes formas de coordenar e avaliar as práticas envolvidas, em especial a participação política infantojuvenil. Parte-se dos pontos de congruência nas literaturas de educação, estabelecendo-se um diálogo entre as obras de Dewey e Freire, bem como os estudos sobre a participação de crianças e jovens em instâncias de tomada de decisão.

Para Dewey (1939, p. 5), “a democracia é um modo de vida pessoal, conduzido [...] pela fé na capacidade dos seres humanos de julgamento e ação inteligentes, caso condições apropriadas sejam dadas”. Assim, todas as pessoas (incluindo as crianças) devem ter oportunidade para desenvolver seus talentos, por meios voluntários, livres de coerção (DEWEY, 1937).

A educação para a democracia é um conjunto de práticas multifacetadas para que os cidadãos participem ativa e responsabilmente nos processos de decisão em suas comunidades, numa abordagem “de baixo para cima” (DUERR; SPAJIC-VRKAŠ; MARTINS, 2000), calculando “os riscos e as consequências das escolhas presentes” (CASTRO, 2015, p. 123). Trata-se de um dever: “não há nada que controle os órgãos máximos do poder, a não ser a cidadania. E não há escola possível para a cidadania; nada nos prepara para ela, somente o risco do seu exercício” (CARVALHO NETTO, 2009, *apud* CASTRO, 2015).

A educação para a democracia não é uma demanda da sociedade, principalmente se os cidadãos não têm letramento político. Consiste na iniciativa de pessoas que têm algum contato com informações e/ou estruturas de poder e veem como fundamentais o conhecimento e a participação de todos os segmentos sociais nessas estruturas. Por isso, acentuam a profunda e irrecorrível relação entre educação e política.

Para estabelecer a ponte entre Educação e Ciência Política, dois autores se destacam: John Dewey e Paulo Freire. Dewey (1959) considera que toda prática social vitalmente compartilhada é educativa. Já Freire (1996, p. 68-69) reitera a “politicidade da educação”, que, inerente, torna impossível sua neutralidade. A educação também é condição primordial para a democracia, “método fundamental do progresso e da reforma social” (DEWEY 2007, p. 93), “uma forma de intervenção no mundo” (FREIRE, 1996, p. 61).

O papel do educador, antes de tudo, consiste em despertar o entusiasmo nos educandos, como força intelectual (DEWEY, 2010). A contrapartida dos educandos está no compromisso e na

<sup>1</sup> Câmara dos Deputados (anamarusia@hotmail.com).

# IX JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO

*O Espaço da Democracia: desdobramentos políticos e reflexos na gestão do Poder Legislativo  
17 e 18 de setembro - Câmara dos Deputados, Brasília-DF*



responsabilidade. A libertação da opressão, segundo Freire (1987), só chegará da necessidade de lutar por ela. Deve ser um gesto voluntário do educando (LANSDOWN, 2011), já que nem mesmo a democracia pode ser imposta.

Para Freire (1996, p. 70), o pensar crítico permite a abertura ao diálogo: “Ensinar exige saber escutar”. A criança, junto com outras crianças e os educadores, é sujeito de seu próprio aprendizado. Com essa base de valores, cabe ao educador prosseguir na práxis. Nesse bojo, está a participação política infantojuvenil.

Abre-se espaço para que as crianças tenham voz naquilo que diz respeito a elas. Em acréscimo, há o senso de eficácia política (PATEMAN, 1992) e a autoproteção, no caso de abuso de poder e violação de seus direitos (LANSDOWN, 2011). A participação infantil, no entanto, é pouco explorada pela Ciência Política. Alguns autores, principalmente da área da Educação, têm se envolvido no seu estudo empírico, em sua sistematização e teorização, como Hart (1992).

Preconiza-se a tarefa do educador em gerar competências cognitivas e intencionais - conhecimentos, valores e percepções (ver CRICK, 1998) -, e, no nível prático, garantir as condições do processo (num cenário coerente com os valores tratados) e o exercício das habilidades sociais (da disposição para a ação). Decisões são tomadas em conjunto, com deliberada negociação do poder e vivência salutar do conflito. Nessa prática, a educação para a democracia envolve tensões, ambivalências e até contradições (AUDIGIER, 2000).

A primeira contradição é a proteção versus a participação, ou seja, o grau de exposição dos educandos em função da expressão deles. A segunda contradição é o individual versus o coletivo. O educador está em posição de poder, assimétrica em relação aos educandos. Em seus livros, Freire destaca o componente coletivo, social, na educação, mas se dedica a descrever a postura individual do educador. O problema é que, concentrando-se numa pessoa, corre-se o risco de manipulação (FREIRE, 1992).

Para saber se o objetivo da educação foi alcançado - tornar o educando capaz de ler o mundo e fazer a diferença - a avaliação é vital (FREIRE, 1989). Ela é igualmente importante para a democracia, porque sua estabilidade reside na eficiência das instituições, e a legitimidade depende da qualidade dos resultados (DUERR; SPAJIC-VRKAŠ; MARTINS, 2000). Os requisitos da educação para democracia (ideias e práticas) são critérios de avaliação, bem como os comportamentos políticos dos egressos e as entregas palpáveis, para a criança, para as instituições e para a comunidade. A avaliação em si também precisa ser emancipatória (SOUZA, 2013). Consideram-se o valor educativo da participação (PATEMAN, 1982), a essência inacabada do processo (DEWEY, 1939) e a participação das crianças também na construção da avaliação (FREIRE, 1982).

O empreendimento dos educadores não está livre de resistências. Dificilmente uma “prática educativa radical, estimuladora da curiosidade crítica” será aceita por quem está no poder (FREIRE, 2000, p. 27-28). As escolas desconhecem a educação para a democracia, ou a veem como inexequível, supérflua ou prejudicial para o controle de autoridade. A sociedade não vê os impactos concretos. E, muitas vezes, a criança não tem onde aplicar o que aprendeu e vivenciou. Os autores também criticam os pseudo-programas de educação para a democracia,

# IX JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO

O Espaço da Democracia: desdobramentos políticos e reflexos na gestão do Poder Legislativo  
17 e 18 de setembro - Câmara dos Deputados, Brasília-DF



para a cidadania ou a educação cívica, que só informam sobre os sistemas políticos vigentes, e os acusam de “domesticar” os jovens para torná-los obedientes e “governáveis” (ver AUDIGIER, 2000; PYKETT, 2007).

É ingenuidade supor que a educação, só ela, decidirá os rumos da história. Isso não significa que se deva abrir mão dela, da conscientização das contradições do mundo humano, que o impele a ir adiante. Não é panaceia, mas “um esforço de conhecimento crítico dos obstáculos, vale dizer, de suas razões de ser” (FREIRE, 1996, p. 31).

## REFERÊNCIAS

AUDIGIER, F. **Basic concepts and core competencies for education for democratic citizenship.**

Strasbourg: Council of Europe; Education for Democratic Citizenship, 2000. Disponível em:

<[http://www.storiarireer.it/sites/default/files/norme/2000%2006%2026%20Audigier\\_0.pdf](http://www.storiarireer.it/sites/default/files/norme/2000%2006%2026%20Audigier_0.pdf)> Acesso em: 2 jul. 2014.

CASTRO, R. Cidadania, educação e legislativo”. In: RESENDE, A. (Coord.). **Poder Legislativo e cidadania.** Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2015. p. 103-129.

CRICK, B (org). **Education for citizenship and the teaching of democracy in schools:** final report of the Advisory Group on Citizenship. London: Qualifications and Curriculum Authority, 1998.

DEWEY, J. **My pedagogic creed.** (1897). First published in The School Journal, Volume LIV, Number 3, January 16, 2007. Disponível em:

<[http://playpen.meraka.csir.co.za/~acdc/education/Dr\\_Anvind\\_Gupa/Learners\\_Library\\_7\\_March\\_2007/Resources/books/readings/17.pdf](http://playpen.meraka.csir.co.za/~acdc/education/Dr_Anvind_Gupa/Learners_Library_7_March_2007/Resources/books/readings/17.pdf)>. Acesso em: 24 out. 2017.

\_\_\_\_\_. **A democracia é radical** (1937). Inicialmente publicado em Common Sense 6 (janeiro de 1937). Disponível em: <<http://escoladeredes.net/group/bibliotecajohn Dewey>>. Acesso em: 2 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. **Democracia criativa: a tarefa diante de nós** (1939). John Dewey and the Promise of America, Progressive Education Booklet n° 14 (Columbus, Ohio: American Education Press, 1939). Disponível em:

<<http://escoladeredes.net/group/bibliotecajohn Dewey>>. Acesso em: 28 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. **Democracia e educação.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

\_\_\_\_\_. Por que o ato de pensar reflexivo deve constituir um fim educacional (1959). In: WESTBROOK, R; TEIXEIRA, A. ROMÃO, J.; RODRIGUES, V. (Org.). **John Dewey.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

DUERR, K.; SPAJIC-VRKAŠ, V.; MARTINS, I. **Strategies for learning democratic citizenship.**

Strasbourg: Council of Europe; Education for Democratic Citizenship, 2000. Disponível em:

<<http://www.storiarireer.it/sites/default/files/norme/2000%2007%2019%20Duerr.pdf>> Acesso em: 7 nov. 2017.

FREIRE, P. Educação: o sonho possível. In: BRANDÃO, C.; CHAÚÍ, M; FREIRE, P. **Educador: vida e morte.** Rio de Janeiro: Graal, 1982.

\_\_\_\_\_. **A importância do ato de ler.** São Paulo: Cortez, 1989.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** [S.l.]: EGA, 1996.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos.** São Paulo: Editora UNESP, 2000.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

# IX JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO

*O Espaço da Democracia: desdobramentos políticos e reflexos na gestão do Poder Legislativo  
17 e 18 de setembro - Câmara dos Deputados, Brasília-DF*



HART, R. **Children's participation**: from tokenism to citizenship. Florence: UNICEF; International Child Development Centre Spedale degli Innocenti. 1992.

LANSDOWN, G. **A framework for monitoring and evaluating children's participation**: a preparatory draft for piloting. 2011. Disponível em: <<http://resourcecentre.savethechildren.se/library/framework-monitoring-and-evaluating-childrens-participation-preparatory-draft-piloting>> Acesso: 1 abr. 2014.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PYKETT, J. Making citizens governable? The Crick Report as governmental technology. **Journal of Education Policy**, v. 22, n. 3, p. 301-319, 2007

SOUZA, E. C. Avaliação e a pedagogia de Paulo Freire. **Jusbrasil**, 25 de novembro de 2013. Disponível em: <<https://ednacristinadasilvasouza.jusbrasil.com.br/artigos/112145595/avaliacao-e-a-pedagogia-de-paulo-freire>>. Acesso: 9 nov. 2017.